

30º Exame de Ordem - 2ª fase - 2006

Direito Penal

1. LUIZ CARLOS DE CASTRO, nascido em 10/12/1930, foi denunciado pelo crime de estelionato (Art. 171 do Código Penal), em 13/08/2005, por vender um terreno inexistente na orla de Cabo Frio, na Região dos Lagos, a uma turista, MARIA DO CARMO MENDES, senhora de 65 anos, que participava de uma excursão naquela cidade. Os valores pagos por MARIA DO CARMO foram devolvidos a ela pelo Réu, no ato de seu interrogatório. Os trâmites processuais correram sem problemas, e LUIZ CARLOS, primário e de bons antecedentes, na sentença proferida pela 3ª Vara Criminal de Cabo Frio, foi condenado a uma pena base de 5 anos de reclusão e 50 dias multas, na proporção de 1/30 do salário mínimo para cada dia, sendo o regime inicial para cumprimento da pena, o fechado. O Juiz justificou a condenação bem acima do mínimo legal nos seguintes termos: "o Réu já é pessoa idosa, e não tinha o direito de cometer este crime contra uma pessoa também idosa, devendo servir de exemplo para as presentes e futuras gerações. Por isso, não deve o Réu ser mantido em liberdade, pois é uma ameaça à educação de nossos filhos". O advogado de LUIZ CARLOS renunciou o caso, e você foi contratado nesta fase do processo, já tendo LUIZ CARLOS tomado ciência da sentença. Elabore a peça processual que entender cabível.

ADVOGADO: NILLO LOPES - INSC. Nº 1.100

2. MEVIO foi denunciado como incurso nas penas do artigo 168, caput, do Código Penal. A denúncia foi recebida, tendo sido designada data para interrogatório. Na qualidade de advogado de defesa, presente ao ato judicial referido, tendo em vista a primariedade e bons antecedentes de MEVIO, além do fato de ser a única ação penal a que responde, indique, caso exista, o benefício legal despenalizador passível de ser pleiteado. Explique ainda o fundamento legal a ser adotado na hipótese de discordância do Promotor de Justiça quanto a aplicação do eventual benefício, apontando os respectivos dispositivos legais.

3. CAIO resolve realizar uma viagem ao Pantanal, contratando um experiente guia da região, TÍCIO, para auxiliá-lo. Mesmo tendo comunicado ao guia sua total inexperiência neste tipo de viagem, TÍCIO não vê perigo em deixar CAIO sozinho no acampamento, local que acreditava ser seguro, enquanto foi buscar lenha. De repente, TÍCIO ouve gritos vindo do rio, e ao chegar lá, depara-se com a cena de um enorme jacaré segurando CAIO pelas pernas. Em face da magnitude do animal, e por não possuir qualquer arma, TÍCIO se abstém de tentar o salvamento, observando enquanto CAIO é morto pelo animal. Indaga-se: Poderá TÍCIO ser responsabilizado pelo resultado morte? Responda de forma fundamentada, apontando o dispositivo legal aplicável.

4. SICRANO, sabedor de que uma grande empresa estaria sendo fiscalizada pela Receita Federal, se apresenta ao dono da mesma, dizendo, de forma mentirosa, ser muito amigo do fiscal responsável, tendo capacidade de influir de maneira decisiva para o desfecho da ação fiscal sem qualquer autuação. Para tanto, solicita para si significativa importância. O dono da empresa aceita a proposta, efetuando o pagamento solicitado. Ocorre que SICRANO não tinha qualquer relacionamento com o fiscal, vindo a empresa a ser autuada em valor de monta. Indaga-se: SICRANO praticou algum crime? Responda de forma fundamentada apontando o dispositivo legal aplicável.

5. JOSUÉ, em viagem para a região dos Lagos, foi parado em uma "blitz", e em seu carro havia uma grande quantidade de balões, prontos para serem soltos. O mesmo informou aos policiais que os balões seriam soltos em uma festa junina em seu condomínio, localizado ao lado de uma área de mata atlântica. Os policiais lhe informaram que teriam que conduzi-lo até a delegacia para autuação e que iriam apreender todo o material. Ao argumentar com os policiais, JOSUÉ informou que há mais de vinte anos faz a mesma coisa em época de festas juninas. Indaga-se: JOSUÉ praticou algum crime? Responda de forma fundamentada apontando o dispositivo legal aplicável.

6. ANULADA

Direito Comercial

1. Determinada indústria de tecelagem, denominada "Pano Bom S.A.", contratou com a "Jato de Tinta S/A" a aquisição de 2 (duas) máquinas para o tingimento automático de tecidos, mediante contrato de alienação fiduciária em garantia devidamente intermediado por instituição financeira, e no qual se obrigou a pagar o valor total de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) em 50 parcelas mensais fixas. O contrato foi firmado em 25 de janeiro de 2005 e o maquinário foi entregue dentro do prazo estabelecido de 15 dias.

Ocorre que, em 17 de junho de 2005, a Pano Bom S/A teve sua falência decretada pela 1ª Vara Empresarial da capital do Rio de Janeiro, tendo sido arrecadados pelo administrador judicial nomeado todos os bens que se encontravam em seu parque industrial, inclusive os maquinários adquiridos na forma mencionada acima. Preocupados com a decretação da falência de Pano Bom S/A, que já estava inadimplente havia 3 (três) meses, os diretores da "Jato de Tinta S/A" o(a) procuraram, contratando-o(a) para que atue na defesa dos interesses da Companhia.

Na qualidade de advogado(a) da "Jato de Tinta S/A", elabore a peça processual cabível, assinando MARTINO PEREIRA ESTRELA, OAB/RJ Nº 550550.

2. Na liquidação da Sociedade Anônima Trens Enferrujados, do ponto de vista legal, é possível aos sócios receber bens "*in natura*" ao invés de dinheiro? Se afirmativa a resposta, esclareça em que condições. Se negativa, por que chegou a esta conclusão? Qualquer que seja sua resposta, mencione o dispositivo legal em que se baseou.

3. Irmãos Silva Ltda. ajuizou ação constritiva para a cobrança de Nota Promissória em face de Pedro Bulcão, na qualidade de emitente, e de Tiago Pinheiro, na qualidade de avalista. Pedro Bulcão, após os trâmites legais, opôs embargos, alegando a invalidade da cobrança por falsidade de assinatura, pois não emitira o título. Tal alegação foi comprovada por exame pericial. Tiago Pinheiro argüiu, diante da nulidade da assinatura, a insubsistência de seu aval. Há procedência na argüição do avalista? Por quê? Indique o dispositivo legal.

4. Determinada sociedade limitada outorgou poderes de gestão e administração a um terceiro, estranho à sociedade. Este instrumento, contudo, não foi levado à averbação no registro competente. Sobre quem recairá a responsabilidade dos atos por ele praticados? Justifique.

5. Que sujeitos de direito não podem renegociar seus créditos, que detém mediante a sociedade empresária, a qual encontra-se em recuperação extrajudicial? Fundamente sua resposta.

6. A Seguradora Vida Fácil S.A., chamada a pagar o estipulado na apólice à viúva de Mario Leão, morto em acidente de alpinismo, negou-se a fazê-lo alegando que houve omissão por parte do segurado de informação quanto à prática deste esporte no momento de realização do contrato. Procede a negativa da seguradora? Responda indicando o dispositivo legal adequado.

Direito Trabalhista

1. Paulo Lopes, devidamente qualificado, ajuíza reclamação trabalhista em face de C.S.I. Ltda., em 12/09/2006, noticiando sua admissão em 21/01/1997 e demissão, sem justa causa, em 07/01/2006. Na ocasião recebeu as verbas rescisórias devidas, com a homologação da mesma, diante de assistência sindical do sindicato profissional representante dos trabalhadores da C.S.I.

Alega o reclamante em sua petição inicial que:

a) Em 09/04/2004, teve o seu salário reduzido de R\$ 950,00 para R\$ 650,00, pelo período de um ano que teve a chancela sindical. Sustenta o reclamante que é devido o pagamento das diferenças no período, por violar o princípio da irredutibilidade salarial;

b) Em 17/02/2003, passou a trabalhar em horário diurno e teve, em tal momento, suprimido o adicional noturno, recebido desde a sua admissão. Informa que desde seu ingresso até 17/02/2003, sempre trabalhou em horário noturno, caracterizando o pagamento do adicional noturno, verba paga com habitualidade, não sendo possível a sua supressão;

c) É beneficiário de vantagem pecuniária denominada auxílio-alimentação paga pelo empregador de 01/09/1998 até 30/08/2003, a todos os trabalhadores por imposição normativa, isto é, fixação em cláusula de convenção coletiva de trabalho que não foi renovada a partir de 01/09/2003. Justifica o reclamante o pedido com os seguintes argumentos.:

1) O benefício se transformou em vantagem contratual, integrando o contrato de trabalho e, portanto, não podendo ser suprimido;

2) Em 01/09/2003, quando o reclamante foi promovido o encarregado em substituição aos seus colegas que recebiam o benefício, teve violado o princípio da equiparação salarial prevista no art. 461, da CLT.

Aduz ainda em sua inicial, que como encarregado exercia função análoga àquela prestada por Vera Lucia Santoro, sustentando que embora a colega tenha sido contratada na função de gerente de filial em 01/03/1994 e sempre exercido essas funções não era mais experiente que ele para justificar a diferença salarial entre eles.

Analisando os dados da petição inicial do processo RT 5432-2006-100-01-00-0, distribuído ao MM. Juízo da 100ª VT-RJ, prepare a defesa da C.S.I. Ltda., considerando a inexistência de negociação prévia antes do ajuizamento desta ação, embora haja comissão intersindical para tanto. Observe também o princípio processual da eventualidade e da concentração, justificando todas as questões com dispositivos legais e interpretação sumulada do TST, quando houver.

Advogado da reclamada (C.S.I. Ltda.): Marcelo Matos OAB/RJ: 100.000

Endereço: Rua Brasil, 1.500 - Rio de Janeiro - RJ

2. É indispensável a tratativa negociada prévia antes do ajuizamento de dissídio coletivo econômico? Justifique a resposta.

3. Se um empregado de um condomínio residencial, utilizando luvas, coloca diariamente o saco de lixo, já lacrado, na calçada, no horário predeterminado para coleta, passa a ter direito ao adicional de insalubridade? Justifique a resposta.

4. Qual o recurso específico contra qualquer decisão do juiz na execução, após o julgamento de embargos a execução? Fundamente o critério de recebimento, prazo para interposição, e dispositivo legal aplicável?

5. O empregador pode fazer descontos nos salários do empregado? Caso positivo, quais as hipóteses?

6. Paulo Gomes Netto, ingressou com Ação Trabalhista, sendo a mesma julgada improcedente. O reclamante apresentou Recurso Ordinário, contudo, o Juízo de 1º Grau negou seguimento.

Em 06/10/2006, foi publicado o indeferimento.

Paulo pediu seu advogado que tomasse alguma providência.

Pergunta-se: Qual a providência que o advogado deve tomar? Qual o prazo?

Direito Tributário

1. A Fazenda Nacional promoveu Execução Fiscal nº 2004.00000000-1 em face de ABCD Consultoria Ltda., visando a satisfação de dívida tributária que, em valores consolidados, monta em R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais). A dívida refere-se a débitos de imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) e contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), e apesar deles, a empresa permanece em atividade.

Ocorre que o débito registrado superava, em muito, os bens da empresa, que se restringem a um simplório mobiliário e poucos reais em conta bancária.

Diante dessa constatação a Fazenda requereu e obteve o redirecionamento do processo executivo, com o fito de incluir no pólo passivo os sócios da empresa, os irmãos James e Jaílson Barros, únicos sócios e ambos com poderes de gerência. Tendo sido citados, os irmãos acreditara tratar-se de coisa de menor importância, uma vez que jamais praticaram qualquer ato ilícito ou excederam os poderes conferidos pelo contrato social, e não apresentaram qualquer petição, nem tampouco promoveram a quitação do débito ou a garantia do Juízo.

Somente após a visita do Oficial de Justiça, em 29 de setembro de 2006, para intimá-los da penhora de um dos terrenos que os dois possuíam em condomínio no município de Rio das Ostras e que está avaliado no mesmo valor da dívida, os irmãos atentaram para a gravidade da situação e o procuraram em seu escritório.

Redija a peça adequada à medida judicial cabível para a defesa dos interesses de seus clientes, de modo a livrá-los da Execução Fiscal.

Advogado: EDMAR FALCÃO, OAB/RJ 1.100, com escritório na Av. Marechal Câmara, nº 10, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro.

2. Tício é proprietário de um imóvel residencial localizado no Município de Lavras do Oeste. Segundo o Código Tributário daquele Município, o fato gerador do Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana ocorre no dia 1º de janeiro do ano, vencendo-se no dia 1º de março a integralidade do montante devido.

Lei Municipal publicada em 30/11/2005 estabeleceu que a alíquota do IPTU, então de 1% (um por cento) passasse para 1,2%. O Tributo foi calculado para o ano de 2006 com base na alíquota majorada.

No dia 28/02/2006, Tício o procura e indaga se é seu dever efetuar o recolhimento daquele tributo tal como cobrado pelo Município. Você, na qualidade de advogado de Tício, o que responde. Fundamente.

3. Determinada entidade sindical de trabalhadores, em 2005, aluga um de seus imóveis para terceiro, estranho à atividade fim do sindicato. Tomando conhecimento do fato, a autoridade fazendária municipal passa a cobrar o IPTU do referido imóvel, alegando que tal decisão encontra amparo no parágrafo 3º do art. 150 da Constituição da República. O presidente da entidade consulta seu escritório profissional para saber se o imposto é devido, uma vez que o valor dos aluguéis do imóvel em questão é integralmente aplicado nas atividades essenciais do sindicato. Qual

seria a sua orientação para o caso? Fundamente.

4. O INSS ajuíza ação de execução fiscal, tendo em vista o inadimplemento de obrigações tributárias por parte de ABC Calçados Ltda., em face COSMO MELO, já que seu nome consta como um dos sócios gerentes da referida empresa no órgão oficial (Junta Comercial).

Em sua defesa, alega que não é o único sócio administrador da empresa. No entanto, o INSS justifica sua colocação no pólo passivo da ação pelo o que prevê o art. 13 da Lei 8.620/93 ("O titular da firma individual e os sócios das empresas por cotas de responsabilidade limitada respondem solidariamente, com seus bens pessoais, pelos débitos junto à Seguridade Social").

Analise, fundamentadamente, as alegações das partes.

5. Como pode a decisão administrativa irreformável extinguir o crédito tributário se esta decisão pode ser alterada por decisão judicial?

Fundamente.

6. A empresa Calçados S/A, contribuinte do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), elaborando a sua declaração de ajuste anual do ano-calendário de 1999, exercício financeiro de 2000, informou na sua declaração que apurou saldo de imposto de renda a pagar no montante de R\$ 100.000,00. Não tendo disponibilidade de caixa para arcar com o pagamento do tributo, apenas cumpriu a obrigação acessória entregando a declaração à repartição fiscal competente.

Meses após, o contribuinte tendo uma folga em seu caixa, paga o imposto a destempo e ingressa com pedido de denúncia espontânea do débito de IRPJ declarado para que seja afastada a aplicação das penalidades pecuniárias. Analisando o referido pedido, a autoridade administrativa indeferiu a solicitação do contribuinte sob a justificativa de não ser aplicável a hipótese fática o instituto da denúncia espontânea.

Pergunta-se:

Agiu corretamente a autoridade administrativa ao negar o benefício da denúncia espontânea ao contribuinte? Responda de forma justificada e fundamentada considerando o entendimento majoritário do Egrégio Superior Tribunal de Justiça sobre a questão.

Direito Administrativo

1. Considere a hipótese abaixo:

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Econômico do Município de Cordeiro, cedeu o uso de terreno municipal, gratuitamente, para que uma empresa imobiliária construísse um shopping center. O direito à exploração seria exclusivo do construtor. Alor, passando pelo local e verificando as placas de aviso de venda de unidades, ficou indignado ao descobrir que o imóvel público havia sido cedido para uso particular. Inconformado com a resposta do Secretário face a seu pleito de cancelamento da cessão, procurou seu escritório para buscar uma solução judicial para a questão. Elabore a peça prático-profissional adequada para possibilitar ao Poder Judiciário conhecer e julgar o caso.

Assine a peça como advogado Dr. Tício Caio

OAB/RJ 00001

2. Roberto adquiriu um imóvel tombado, o que o impossibilitou de realizar qualquer modificação, em razão dos efeitos do tombamento.

Inconformado, pois planejava transformar seu imóvel numa casa de festas, resolve causar um incêndio no bem tombado para que o mesmo ficasse totalmente destruído, e a única alternativa fosse a demolição, o que lhe possibilitaria uma nova construção. Pergunta-se: Roberto conseguiria realizar a construção nova? Fundamente.

3. O Consultor Jurídico de sociedade de economia mista, regularmente inscrito na OAB, que emite parecer jurídico fundamentado, pode ser equiparado ao administrador público para fins de responsabilização em ação de improbidade administrativa? Justifique.
4. Iniciada a licitação para contratação de obra de reforma de fachada de prédio público, foram abertos os envelopes de habilitação e de propostas e, após análise foi declarada vencedora a empresa X. Contudo, antes da homologação do certame, a Administração Pública revogou o procedimento por impossibilidade de contratar. O licitante vencedor inconformado recorreu ao Poder Judiciário requerendo, alternativamente, a homologação do certame e a respectiva contratação ou, então, a indenização por perdas e danos. Analise, justificadamente, o pedido do autor.
5. Antonio, servidor público lotado na Secretaria de Obras do Município, é o responsável pela expedição das licenças para construir. Após suspeitas, foi confirmado que Antonio havia sido declarado louco há mais de 15 (quinze) meses, pela junta médica da municipalidade, e que por um erro de comunicação, a Secretaria na qual ele estava lotado não foi informada. Tendo em vista a situação de Antonio, é possível afirmar que os atos praticados por ele nos últimos quinze meses são considerados válidos? Justifique.
6. Os usuários de serviços públicos estão reclamando de forma contínua, junto ao Poder Concedente, em razão de sua má prestação, ou até mesmo da ausência de prestação, por parte da concessionária de serviço público responsável. Ciente de que a escolha da concessionária se deu através de procedimento licitatório, é possível o Poder Concedente extinguir a concessão? Fundamente.

Direito Civil

1. FELIX SOARES, brasileiro, solteiro, médico, carteira de identidade 002/IFP, CPF: 52437, com endereço à Rua das Flores, nº 424/casa, Bangu, na qualidade de fiador de contrato de locação, foi citado para a ação de despejo por falta de pagamento cumulada com cobrança, proposta por MENERVAL FAGUNDES, que tem curso na 1ª Vara Cível Regional de Bangu (Processo 2006.0028).

Predita ação, que tem também no pólo passivo o locatário (AIRTON GOMES), foi proposta com base no inadimplemento de contrato de locação residencial do apartamento 202, sito à Av. das Camélias nº 20, Bangu, celebrado pelo prazo de 30 (trinta) meses e que se encontra por prazo indeterminado desde agosto/2001, tendo em vista que não houve qualquer manifestação das partes.

Da análise dos fatos e documentos se depreende que o locatário deixou de pagar os últimos 42 (quarenta e dois) meses de aluguéis, embora esteja honrando com os demais encargos locatícios. Sobre o valor total dos alugueres em atraso (R\$ 21.000,00), o locador está pleiteando a incidência de multa de 10% (não prevista no contrato), juros de 6% a.m., além da respectiva correção monetária.

Sabe-se que, no contrato de locação consta cláusula de que o fiador responde solidariamente e como principal pagador por todos os débitos locatícios, até que ocorra a efetiva entrega das chaves do imóvel.

Diante de tal situação, elabore a pertinente defesa de FELIX, bem representando o cliente, face à toda situação fático/jurídica acima exposta.

ADVOGADO: RENATO MEDEIROS - OAB/RJ: 1.000

ESCRITÓRIO: Av. Santos, nº 10/1001, Bangu/RJ

2. Eduardo Quartarone encontra-se na iminência de ser despejado, fato este desconhecido por sua mulher e seus dois filhos, que com ele convivem. Ao confidenciar sua imensa angústia a seu amigo Guilherme D'Aguiar, este oferece a Eduardo, mediante contrato de locação, imóvel de

sua propriedade. O referido imóvel possui, no mercado, o valor locatício de R\$ 300,00 (trezentos reais), mas Guilherme, sabedor da situação de emergência de Eduardo, deste cobra a quantia mensal de R\$ 900,00 (novecentos reais).

Depois de quatro meses no imóvel, Eduardo, em conversa com o seu vizinho Flávio Valle, descobre, enfim, a desproporção entre o imóvel e o valor cobrado por Guilherme a título de locação. Superados os riscos de ver sua família desabrigada, Eduardo decide procurar um advogado.

Na qualidade de advogado de Eduardo Quartarone, responda: pode Eduardo anular o contrato de locação, mesmo passados quatro meses de uso do imóvel?

Fundamente sua resposta.

3. Que providências devem ser tomadas em uma operação de compra e venda imobiliária, em que o vendedor é ascendente do comprador, visando evitar futuras alegações de anulabilidade do negócio entabulado? Fundamente.

4. Crasso construiu uma casa em imóvel de propriedade de Pompeu, inobstante soubesse quem era o dono do imóvel.

Considerando que a referida edificação tem valor muito superior ao do terreno, diga a quem ela pertence e se há direito à indenização.

Fundamente.

5. Júlio Nogueira, solteiro, morreu em 17 de junho de 2006, *ab intestato*, deixando patrimônio e, apenas, parentes na linha colateral.

Analise fundamentando e justificando, a sucessão de Júlio Nogueira, sabendo:

- Carla, mãe de Marina, é sua irmã bilateral;
- Clotilde, mãe de Mirtes e avó de Francisco, é sua irmã bilateral;
- Clotilde e Francisco morreram em acidente automobilístico em 10/05/2005;
- Carolina, mãe de Miriam, é sua irmã unilateral; faleceu em 18 de abril de 2006;
- Celso, pai de Moema e avô de Felipe, é seu irmão unilateral; Celso e Moema morreram em acidente aéreo em 13/02/2006;
- Custódio, casado com Júlia, é seu irmão unilateral.

6. Jorge Souza, 63 anos de idade, solteiro, deseja casar com Marina da Silva, 45 anos, mãe de Diego e Rodrigo. Casaram em 15 de dezembro de 2005, na Igreja XYZ, no Rio de Janeiro, casamento esse puramente religioso.

Em maio de 2006, decidiram dar à sua união os efeitos da lei civil.

Analise, fundamentando e justificando sua resposta:

- A possibilidade de serem concedidos ao casal os efeitos de casamento civil, constituindo-se, assim, uma família legítima;
- De ser tal união regida pelo Regime da Comunhão Universal de Bens;
- A necessidade de uma celebração por um Juiz de Paz;

- A possibilidade de Jorge de Souza adotar Diego e Rodrigo, sem que Marina deixe de constar como mãe dos menores.

Direito Constitucional

1. No dia 01 de setembro de 2006, Alberto Roberto Motta, brasileiro, casado, residente na cidade do Rio de Janeiro, se dirigiu a uma repartição do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, buscando uma certidão que atestasse seu tempo de contribuição para efeitos de aposentadoria. Lá chegando foi encaminhado a um terminal eletrônico e obteve acesso ao dado. Insatisfeito, dirigiu-se ao balcão de atendimento e solicitou ao funcionário de plantão uma certidão física do dado virtualmente acessado. Diante do indeferimento de seu pedido protocolou, ato contínuo, por escrito, um requerimento ao INSS solicitando a expedição de uma certidão onde constasse o seu tempo de contribuição para efeitos de aposentadoria.

No dia 28 de setembro de 2006, S. Motta entra em seu escritório relatando o fato acima descrito e aduzindo que, até a presente data, o INSS não havia se dignado a responder o requerimento. Alega, ainda, que tal omissão ameaça prejudicá-lo, tendo em vista que foi aprovado em concurso público que, por determinação do edital, exige a apresentação de certidão de tempo de contribuição como um dos documentos indispensáveis à homologação de sua inscrição na segunda fase do certame que, por sua vez, se constitui em um curso de formação e capacitação profissional ministrado pela própria Administração Pública.

Diante do exposto, redija a peça processual adequada para requerer o acesso à certidão de tempo de contribuição para efeitos de aposentadoria.

Esta questão vale cinco pontos. Na peça processual o examinado deve, necessariamente, abordar os cinco itens abaixo relacionados, cada um valendo um ponto:

- a) O remédio constitucional correto para a tutela do direito pretendido;
- b) A possibilidade ou não de concessão de medida liminar;
- c) A correta identificação dos sujeitos processuais: legitimidade ativa, legitimidade passiva e juízo processante;
- d) Os fundamentos jurídicos e doutrinários da prova pré-constituída;
- e) A capacidade argumentativa, a coerência do texto, a conexão das idéias e a perfeição ortográfica.

ADVOGADO: EDGAR POPIES

INSC. Nº : 1.100

2. Uma lei municipal foi impugnada em sede de representação de inconstitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça, que julgou improcedente o pedido. O dispositivo da Constituição do Estado que figurava como parâmetro de controle repetia, por necessidade oriunda da limitação do Poder Constituinte Decorrente, certo dispositivo da Constituição da República. O requerente, então, sabedor que o entendimento do Supremo Tribunal Federal era diferente daquele fixado na decisão do TJ, questionou-lhe sobre a possibilidade de se levar a questão à instância extraordinária e, em caso positivo, como deverá ser instrumentalizada essa remessa. Fundamente integralmente a resposta.

3. Tendo levado a registro policial a agressão de que fora vítima, perpetrada por seu companheiro, viu Maria publicado na imprensa local o fato objeto do registro. Tendo por violado o direito à intimidade de sua vida em comum com Antonio, o agressor, em face da repercussão da notícia junto a seus vizinhos, filhos e demais familiares, intentou ação, objetivando a reparação de danos morais ao escopo de vê-los compostos a partir de indenização em dinheiro. Tanto que citado, o órgão da imprensa não titubeou em afirmar a veracidade do fato, recolhido, ademais, de registro público e reportado sem quaisquer apreciações de sua parte, propugnando pela improcedência do pedido à vista de seu direito constitucional de

dá-lo à publicação.

Procede a pretensão? Por quê? Fundamente integralmente a resposta.

4. É possível que Lei Estadual obrigue o Presidente do Tribunal de Contas do Estado e do Município, assim como o Presidente do Tribunal de Justiça a prestar esclarecimentos ao Poder Legislativo local sobre fatos ocorridos, importando a recusa em crime de responsabilidade?

Fundamente integralmente a resposta.

5. Antonio impetrou Mandado de Segurança contra ato do Presidente do Tribunal de Contas da União que se recusou a fornecer a identidade dos autores de agressões e denúncias que lhe foram feitas naquele Tribunal.

Ao apresentar as suas informações a autoridade coatora disse que conforme o § 1º do artigo 55 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, caberia a este Tribunal "manter ou não o sigilo quanto ao objeto e à autoria da denúncia", tendo procedido portanto, de acordo com o exercício regular de um direito legal. Alegou ainda que, caso o Tribunal não entendesse pela legalidade da ação do TCU, que não seria caso de Mandado de Segurança, mas de *habeas data*, devendo a inicial ser indeferida nos termos do art. 5º, LXIX da Constituição da República.

Estaria correta a posição defensiva adotada pela autoridade coatora? No caso, seria o mandado de segurança impetrado por Antonio a via processual adequada? Fundamente integralmente a resposta.

6. Pleiteando a constituição de servidão administrativa para passagem de rede de energia elétrica por diversos imóveis rurais, uma sociedade de economia mista do setor de energia elétrica ingressou com ação ordinária perante a Justiça Federal. Intimada para intervir na lide, a União afirmou a inexistência de interesse na demanda, razão pela qual o juiz federal, afirmando-se incompetente, determinou a remessa dos autos à comarca da justiça estadual onde se localizavam os imóveis rurais em questão. O juiz estadual, ao receber os autos, entendeu haver interesse federal, logo, competência do juiz federal, de maneira que, também se afirmando incompetente para processar e julgar a demanda, suscitou conflito de competência.

Nessa situação, que órgão do Poder Judiciário tem competência para dirimir este conflito?

Fundamente integralmente a resposta.